

Indefinição brasileira preocupa Lloyds

ADEMAR SEIRAISHI - 3 OUT 1985 Da Editora de Economia

Dinda Ext

FRANCISCO GUALBERTO



Pitman

“chairman” do Lloyds Bank da Inglaterra, detentor de “pouco mais de US\$ 2 bilhões” de créditos no País e ocupante da vice-presidência do comitê renegociador da dívida brasileira, Brian Pitman, convocou ontem entrevista coletiva à imprensa para manifestar as inquietações e as certezas dos bancos credores do Brasil. Segundo Pitman, causam apreensão aos banqueiros internacionais: indefinição da política econômica, com retórica de pouco efeito prático; ressurgimento das teses de capitalização dos juros ou de pedido de dinheiro novo; conceito errôneo de que crescimento econômico impõe aprofundamento no combate à inflação, e busca de soluções imediatistas para a dívida externa. As certezas do banqueiro inglês também não são favoráveis ao Brasil: não existe renegociação sem o Fundo Monetário Internacional (FMI) e os bancos querem acordo definitivo até janeiro de 1986.

Pitman manteve contatos com o presidente do Banco do Brasil, Camilo Calazans; o presidente interino e diretor da área bancária do Banco Central, Carlos Thadeu de Freitas Gomes; o ministro do Planejamento, João Sayad, e lideranças políticas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Antes de almoçar na embaixada britânica, deu o recado dos credores: antes de buscar vantagens imediatas, o Brasil deve retomar os entendimentos para buscar a recuperação da credibilidade no exterior.

O banqueiro inglês explicou que os governos dos países credores

e devedores e os bancos devem chegar, em conjunto, “a uma solução sensata” para a rolagem da dívida externa, a partir de duas condições básicas que favoreçam o reescalonamento dos compromissos exigíveis nos próximos anos: o crescimento contínuo dos países industrializados para abrir mercado às exportações dos endividados e, principalmente, a continuidade do ajuste econômico de quem tem dívida a pagar.

“A comunidade financeira internacional quer que os Estados Unidos reduzam o seu déficit público para forçar a queda real dos juros externos e também esperam do presidente Reagan menos práticas protecionistas. Mas o mundo todo quer saber o que o Brasil fará por si mesmo para melhorar as suas finanças e, nes-

te aspecto, a queda da inflação é fundamental” — afirmou Pitman.

Em resposta à colocação do ministro da Fazenda, Dilson Funaro, de que a inflação é um problema interno, o “chairman” do Lloyds discordou veementemente: “O Brasil começa a conviver com a tese de que, para poder crescer, é preciso ter inflação; isso é errado. Ninguém espera a queda da inflação brasileira do dia para a noite, mas exige firme tendência declinante. A inflação é questão chave para o Brasil recuperar a credibilidade. É muito difícil para o europeu compreender que, mesmo depois da maxi-desvalorização cambial de dezembro de 1979, o dólar valia Cr\$ 40 e hoje já custa Cr\$ 10.000. Essa não é uma situação que inspire confiança no Brasil”.

Pitman ressaltou que, pouco mais de um mês após a mudança na equipe econômica, em que vê “apenas o aumento da inflação”. Em seguida, acrescentou: “Os governos anteriores sempre anunciaram queda futura da inflação. E a inflação seguiu subindo”.

Ao confessar que “ninguém sabe com certeza a posição do Brasil” tanto no ajuste interno como no trato da dívida externa, o “chairman” do Lloyds ressaltou que o FMI continua insubstituível na discussão e acompanhamento da política econômica do País. Segundo ele, sem o FMI, não existe outro mecanismo prático para o Brasil obter a renegociação global da sua dívida externa com mais de 700 bancos credores em todo o mundo.